



**ESTADO DO MARANHÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENEDITO DO RIO**

**GABINETE DO PREFEITO**

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atesto, para os devidos fins, que a empresa A. B. Xavier Treinamentos (Instituto CERTAME), inscrito no C.N.P.J. Nº 11.669.032/0001-09, prestou de forma eficiente e satisfatória, o curso de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros, com carga-horária de 24 horas, nos dias 08, 09 e 10 de maio de 2013, em São Luís (MA), ao servidor Charlington Allian de Meireles Silva.

A ementa do curso encontra-se em anexo.

São Benedito do Rio Preto (MA), 15 de março de 2014.

  
José Maurício Carneiro Fernandes  
Prefeito Municipal

*Stamps: José Maurício C. Fernandes, Prefeito Municipal, São Benedito do Rio Preto - MA*

# Curso de Licitações, Contratos Administrativos e Formação de Pregoeiros

(Abordagem prática e jurisprudencial, incluindo Módulo de Auditoria de Licitações)

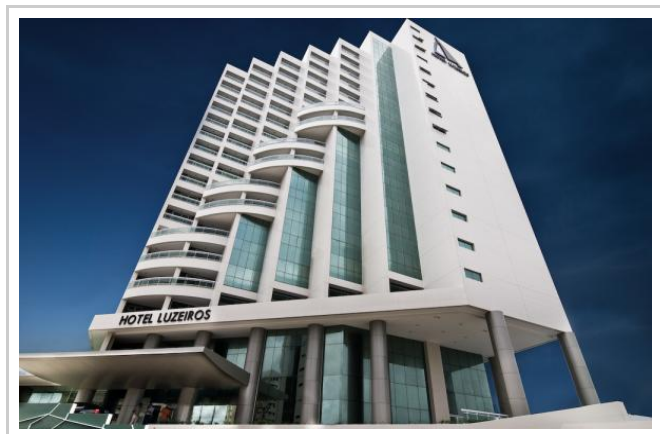


## Datas e horários

08, 09 e 10 de maio de 2013.  
08:00 às 12:00h; 14:00 às 18:00h.

## Local de realização

São Luís (MA). ([Desejo conhecer outros cursos do Instituto Certame](#))



Hotel Luzeiros  
Rua João Pereira Damasceno – nº 02  
Ponta do Farol, São Luís – MA, 65077-630  
[www.luzeirossaoluis.com.br](http://www.luzeirossaoluis.com.br)

[Hospede-se no Hotel Luzeiros \(tarifa especial com desconto\), ou solicite-nos contatos de hotéis e pousadas próximos ao local do evento.](#)

## Ementa

A ementa inclui comentários ao Código de Licitações do Estado do Maranhão: Lei Estadual nº 9.579/2012.

### Módulo I: Introdução às Licitações Públicas (02 horas)

Licitações: Conceito. Objetivo. Previsão Constitucional. Quem é obrigado a licitar? Legislação Infra-Constitucional. Competência para legislar. Usurpação da competência por Estados e Municípios. Normas específicas e supletivas. Licitação como regra. Etapas do procedimento licitatório. Modalidades de licitação. Convite. Tomada de Preços. Concorrência. Concurso. Pregão. Leilão. Consulta. Fracionamento da despesa. Nível do Fracionamento. Parcelamento. Diferença entre fracionamento e parcelamento. Escolhendo a modalidade adequada. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

## **Módulo II: Processos Licitatórios em Geral (04 horas)**

Formalização dos processos licitatórios em geral. Existência de dotação orçamentária suficiente e pesquisa preliminar de preços. Objetos da licitação: alienações, compras, obras, serviços, concessões e permissões. Alienação: bens móveis e imóveis. Compras: padronização e indicação de marcas. Exigência de amostras. Sistema de Registro de Preços: vantagens, possibilidades e operacionalização. Obras e Serviços: regimes de execução. Projeto Básico: conteúdo obrigatório. Planilha Orçamentária, BDI (Bonificações e Despesas Indiretas) e Encargos Sociais. Composição do BDI. Limites máximos e mínimos do BDI. Obras no Poder Judiciário. Projeto Executivo. Preços inexequíveis na contratação de obras, serviços e na aquisição de bens. Serviços técnicos especializados. O Edital. Quem elabora? Valor estimado x valor máximo. Publicação do ato convocatório. Impugnação do Edital. Tipos de licitação. Menor preço. Melhor técnica. Técnica e preço. Maior lance ou oferta. Comissão de Licitação: atribuições, composição, vedações e responsabilidades. Parecer Jurídico: características, eficácia e responsabilização do parecerista. Habilitação: Jurídica, Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Técnica e Regularidade Social. Garantia de participação em licitações. Inabilitação de todos os licitantes. Análise das propostas de preços: excesso de rigor e análise de conluio entre as empresas participantes. Participação de empresas com sócios em comum. Participação de filiais, ou de matriz e filial. Relação de parentesco entre sócios de empresas licitantes, ou entre estes e o agente público envolvido na licitação. Validade das propostas. Critérios de desempate. Desclassificação de todas as propostas. Adjudicação e homologação. Recursos Administrativos. Micro e pequenas empresas nas licitações. (Lei Complementar nº 123/2006). Preferência (Lei nº 8.248/1991 c/c Decreto Federal nº 7.174/2010) e Margem de Preferência (Lei nº 12.349/2011 e Decreto Federal nº 7.546/2011). Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para a Copa das Confederações (2013), para a Copa do Mundo (2014) e para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos (2016). Revogação e Anulação do processo licitatório. Mandado de Segurança em Licitações. Licitações sustentáveis. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

## **Módulo III: Formação de Pregoeiros (08 horas)**

Entendendo o Pregão. Legislação. Conceito de bens e serviços comuns. Pregão para aquisição de equipamentos de informática. Pregão para obras de engenharia. Pregão: fase preparatória. Termo de Referência. Termo de Referência x Projeto Básico. Pregoeiro e equipe de apoio: atribuições e responsabilidades. Papel da autoridade administrativa. Conteúdo mínimo do Termo de Referência. Pregão: fase externa. Simulação de situações práticas durante um Pregão. Desclassificação das empresas participantes. Cuidados relativos à etapa de lances verbais. Pregão eletrônico x Pregão Presencial: diferenças essenciais no procedimento. Utilização de robôs no pregão eletrônico. Plataformas para a realização de pregões eletrônicos: Comprasnet, E-Licitações (BB) e Cidade-Compras (CNM). Adjudicação e Homologação no Pregão. Recursos. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

## **Módulo IV: Contratação Direta (02 horas)**

Licitação Dispensada. Licitação Dispensável: despesas de pequeno vulto, emergência, calamidade pública, licitação deserta, compra ou aluguel de imóvel, remanescente de obra, serviço ou fornecimento, compra de hortifrutigranjeiros, pão e outros alimentos perecíveis, impressão de diários oficiais etc. Licitação Dispensável: outras hipóteses não previstas na Lei nº 8.666/1993. Licitação Inexigível. Inviabilidade de competição: fornecedor exclusivo, notoriedade para prestação de serviços e contratação de serviços artísticos. Formalização da contratação por dispensa e inexigibilidade. Falhas mais comuns nas contratações diretas. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

## **Módulo V: Contratos administrativos (02 horas)**

Conceito. Contratos Administrativos e Contratos da Administração. Contratos em geral. Contratos de seguro, locação e financiamento: singularidades. Eficácia e vigência dos contratos. Contrato verbal. Formalização dos contratos: instrumentos de contratação e cláusulas obrigatórias. Garantia para a assinatura do contrato: caução, seguro-garantia ou fiança bancária. Vigência do Contrato Administrativo. Juízo arbitral nos contratos administrativos. Regularidade fiscal na execução do contrato: o caso dos serviços públicos prestados em regime de monopólio e dos serviços contínuos. Prorrogação dos contratos administrativos. Nulidade contratual e escusa

de pagamento pela Administração. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

## **Módulo VI: Execução dos contratos (02 horas)**

Recebimento do objeto. Liquidação da despesa. Pagamento. Possibilidades de pagamento antecipado na administração pública. A importância da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas no pagamento. Compensação financeira. Alteração contratual: aditamento e apostila. Acréscimos e supressões, alteração qualitativa, equilíbrio econômico-financeiro (recomposição, revisão), repactuação, reajuste de preços (correção monetária). Rescisão contratual. Sanções administrativas na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 10.520/2002: advertência, multa, suspensão temporária e declaração de inidoneidade. Recursos Administrativos. Falhas mais comuns nos contratos. Jurisprudência do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas.

## **Módulo VII: Auditoria de Processos Licitatórios (04 horas)**

Análise prática de um Pregão Eletrônico extraído do Comprasnet e adaptado pelo instrutor, contendo as peças inerentes à modalidade e trazendo vários problemas frequentemente encontrados em auditoria de licitações. A análise da regularidade do certame será feita pelos próprios participantes, sob a orientação do instrutor, a partir do conhecimento adquirido no curso. O trabalho produzirá um relatório de auditoria, que será discutido ao final do evento.

## **Público alvo**

---

- Agentes públicos que possuam responsabilidades sobre licitações e contratos administrativos.
- Membros de Comissões de Licitação e de áreas correlatas.
- Pregoeiros e membros da equipe de apoio.
- Auditores e demais servidores que atuam em órgãos de controle.
- Profissionais da área de Administração Pública, Gestores, Contadores, Assessores Jurídicos, Engenheiros etc.
- Dirigentes de pequenas, médias e grandes empresas com interesse em participar de licitações públicas.
- Supervisores e gerentes de empresas fornecedoras do setor público.
- Estudantes universitários de Administração, Contabilidade, Direito e Economia, dentre outros.

<b>Servidor público, após o curso, você estará apto a</b>	<b>Empresário ou representante de empresa, após o curso, você estará apto a</b>	<b>Estudante, após o curso, você estará apto a</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Instruir processos licitatórios adequadamente, com todos os documentos devidos;</li> <li>✓ Elaborar editais de licitações e minutas de contratos administrativos;</li> <li>✓ Conduzir a realização de sessões de licitação com segurança;</li> <li>✓ Avaliar corretamente a documentação e as propostas apresentadas;</li> <li>✓ Analisar impugnações ou recursos interpostos;</li> <li>✓ Adjudicar e homologar adequadamente o processo licitatório etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Impugnar editais que possuem cláusulas restritivas à competição;</li> <li>✓ Participar de sessões de licitação, evitando ser inabilitado ou desclassificado por abuso da CPL ou do Pregoeiro;</li> <li>✓ Afastar concorrentes que não cumpriram o exigido no edital;</li> <li>✓ Interpor recursos administrativos;</li> <li>✓ Saber quando impetrar mandado de segurança em licitações, e o que pedir;</li> <li>✓ Vencer processos licitatórios etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Participar de concursos públicos, provas objetivas e presenciais que envolvam a matéria, com segurança;</li> <li>✓ Responder a questões discursivas, desenvolvendo adequadamente o conteúdo com base na jurisprudência dos tribunais;</li> <li>✓ Preencher vagas disponíveis no mercado de trabalho, atuando em licitações, ora como Pregoeiro ou membro de CPL, ora como representante de empresa licitante.</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>(Futuro) auditor, após o curso, você estará apto a</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Identificar problemas em processos licitatórios, tais como falhas formais, procedimentos vedados, cláusulas restritivas ao caráter competitivo, conluio entre empresas, sobrepreço no valor do contrato, dentre outras irregularidades.</li> </ul>		

## Carga horária

24 horas.

## Instrutor (aprenda com quem realmente entende do assunto!)

Prof. Msc. Nilo Cruz Neto:

Auditor da Controladoria-Geral da União. Administrador e Contador. Especialista em Licitações e Contratos Administrativos e em Auditoria Governamental. Mestre em Políticas Públicas. Professor Universitário (Graduação e Pós-Graduação). Tutor da CGU no Programa de Fortalecimento da Gestão Pública. Atuou como instrutor da ESAF – Escola de Administração Fazendária.

É membro do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Membro associado à ABOP – Associação Brasileira de Orçamento Público. Membro efetivo do IBDT – Instituto Brasileiro de Direito Tributário. Autor do livro Contabilidade Avançada. (ISBN nº 9788590657903). Idealizador, organizador e responsável pelo site [www.lrf.com.br](http://www.lrf.com.br), que trata de Orçamento Público, Contabilidade Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal.

## Certificados

- Licitações e Contratos Administrativos (12 horas);
- Formação de Pregoeiros (12 horas).

Além da carga-horária, os certificados informarão o conteúdo ministrado.

Os certificados serão emitidos aos participantes que obtiverem, no mínimo, 75% de presença.

## Investimento

---

R\$ 1.450,00 por participante (até 18x no Cartão de Crédito, sendo em até 6x sem juros).

OU

R\$ 1.300,00 para servidores de municípios associados à FAMEM, ou por qualquer pessoa/empresa/órgão, no caso de pagamentos à vista (depósito, transferência ou ordem bancária).

**A cada 04 inscrições do mesmo órgão, empresa ou grupo, será oferecida uma vaga extra de cortesia.**

O Investimento inclui:

- Almoço nos dias do evento;
- Coffee-Break nos intervalos da manhã e da tarde;
- Kit ecológico: Pasta, Bloco de Anotações, Caneta etc;
- Apostila impressa contendo a legislação e a apresentação do professor;
- Apostila impressa contendo um Pregão simulado, elaborado pelo professor; e
- CD contendo toda a legislação pertinente a licitações e contratos administrativos, manuais e apostilas gratuitas (brinde), além de modelos de editais e Check-list's para verificação de conformidade das licitações e contratos administrativos.

## Formas de pagamento

---

Mediante transferência bancária ou depósito na Conta Corrente 18.460-8, Agência 4.323-0, do Banco do Brasil, com envio do comprovante para o fax (98) 3227-3075 ou para o e-mail pagamento@institutocertame.com.br. Disponível até 07/05/2013, enquanto houver vaga disponível.

Utilizando o seu Cartão de Crédito, através do PagSeguro (disponível até 06/05/2013, enquanto houver vaga disponível), num processo rápido que não exige cadastro. Você poderá utilizar uma das opções abaixo, e ainda parcelar a sua inscrição em até 18x (até 6x sem juros):



Para efetuar a pré-inscrição, favor preencher o formulário ao final desta página e clicar em "Enviar". Em seguida, logo abaixo, aparecerão as instruções de pagamento. Para pagar com cartão de crédito pelo PagSeguro, basta, após o preenchimento do formulário, clicar no botão "Pagar com PagSeguro" e outra janela será aberta para iniciar a operação. Assim que o pagamento for autorizado, será encaminhado um e-mail do PagSeguro

confirmando a transação, e um e-mail do Instituto Certame confirmando a sua inscrição.

Observação: A única forma disponível de pagamento parcelado é via PagSeguro, com cartão de crédito.

## Justificativa da contratação para órgãos públicos

---

A contratação de treinamento por Pessoa Jurídica de Direito Público poderá ocorrer com base no permissivo do art. 24, II (Dispensa de Licitação para despesas de pequeno vulto, até o limite de R\$ 8.000,00) e (ou) no disposto no art. 25 (Inexigibilidade de Licitação), ambos da Lei nº 8.666/1993:

Considere que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993. (Decisão TCU nº 439/1998 – Plenário).

Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista. (Orientação Normativa AGU nº 18)

(Minuta de Parecer Jurídico) Poderá ser adaptada de acordo com o órgão público contratante.

(Certidões Negativas e Documentos para a emissão da Nota de Empenho)

## 8 motivos para você fazer este curso!

---

Garanta seu emprego em 2013! 5.563 prefeitos assumirão seus mandatos em 1º de janeiro. Serão 5.563 vagas para pregoeiros e pelo menos 16.689 vagas para membros de CPL, sem contar com as vagas das câmaras municipais.

Muitas empresas desejam firmar contratos com o setor público, mas deixam de fazê-lo por absoluta falta de conhecimento. Algumas sequer participam de licitações; outras não vencem a disputa porque desconhecem o procedimento. Acabam, com isso, perdendo uma excelente oportunidade de ampliar seus mercados e maximizar seus lucros. Aprenda Licitações e forneça para o Governo!

Curso prático, com exemplos do cotidiano, seja para quem atua na administração pública, seja para quem atua em empresas interessadas em contratar com o poder público.

Conteúdo objetivo e completo, com abordagem jurisprudencial: damos ênfase às interpretações do STF, STJ, Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça e Tribunais de Contas, especialmente do TCU. Assim você terá maior segurança ao realizar ou participar de procedimentos licitatórios e ao firmar contratos administrativos.

A melhor relação custo-benefício do mercado, considerando a carga-horária do curso, valor de inscrição, facilidade de pagamento e certificados emitidos.

Um dos melhores instrutores do Brasil, com sólida formação acadêmica, experiência prática e excelente didática.

Grande parte das ações de improbidade administrativa e das irregularidades detectadas pelos Tribunais de Contas decorrem de problemas em processos licitatórios ou nas contratações feitas, responsabilizando os membros da comissão de licitação, ou o pregoeiro e os membros da equipe de apoio, além do gestor máximo do órgão

(prefeito, por exemplo). Evite que isso ocorra com você!

Identifique problemas em processos licitatórios: ao final do curso você saberá realizar auditorias avançadas em licitações, identificando falhas formais, procedimentos vedados, cláusulas restritivas ao caráter competitivo, conluio entre empresas, sobrepreço no valor do contrato, dentre outras irregularidades.

## Observações complementares

---

Este curso insere-se no conceito de Curso Livre, objetivando a formação continuada e a qualificação profissional, conforme o previsto no art. 39, §2º, I, da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/1996), e nos arts. 1º, I e 3º Decreto Federal nº 5.154/2004.

## Cancelamentos e substituições

---

Em cursos abertos, o cancelamento da inscrição deve ser feito em até 5 dias antes da data do curso, e a substituição do inscrito em até 2 dias antes da data do curso. Do inscrito que não cancelar sua participação e não comparecer ao curso, será cobrado o valor integral da inscrição.

Em caso de desistência por parte do inscrito, cuja inscrição já tenha sido paga, será feita a devolução de 80% do valor pago, sendo 20% retido a título de taxa administrativa. No caso de cancelamentos e transferências que ocorram por parte do Instituto CERTAME, que impossibilitem a participação no evento, a devolução do valor será feita integralmente, no prazo de até 2 dias.

Caso a turma não alcance o número mínimo de participantes, o Instituto CERTAME reserva-se ao direito de cancelar este curso e devolver imediata e integralmente o valor das inscrições pagas.

## Informações e dúvidas

---

contato@institutocertame.com.br

Fone: (98) 4141-3077

Celular: (98) 8893-3075

Fax: (98) 3227-3075